

O RIO COMANDAVA A VIDA: O EXTRATIVISMO, A AGROPECUÁRIA E O SÓCIOAMBIENTALISMO NA AMAZÔNIA

Dante Ribeiro da Fonseca¹
Universidade Federal de Rondônia - UNIR
zeliafonseca@brturbo.com.br

RESUMO

O processo histórico de conquista europeia na região Amazônica configurou uma economia e uma população distintas do restante do país. Tradicionalmente o homem e a sociedade amazônica têm sido acusados de anacrônicos em razão de seu modo de vida predominantemente extrativista. Essa maneira de ver a Amazônia muito tem de preconceitos valorativos baseados na ignorância da formação histórica da região desde antes da chegada do europeu. A exploração dos recursos naturais foi de tal maneira praticada, que até depois da metade do século passado a floresta amazônica continuava a apresentar-se praticamente em sua integralidade. Talvez por isso tudo salte aos olhos as aceleradas modificações que vêm ocorrendo na região nos últimos cinquenta anos. O homem amazônico sempre respondeu às demandas de sua relação com o meio ambiente. Criou nesse enorme território uma sociedade e um tipo de cultura singular e rico. É dessas transformações e da tragédia de um anacronismo mal pensado que aqui trataremos.

Palavras-chave: Extrativismo; Agropecuária; Sócioambientalismo; Amazônia.

¹ Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará (2004); Professor Associado I/DE do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia e pesquisador de História da Amazônia. Coordenador do Mestrado em Ciências da Linguagem (2012 a 2014). Emeio: zeliafonseca@brturbo.com.br.

INTRODUÇÃO

A agricultura, tal como é praticada na Europa, ainda não existe no norte do Brasil. Apesar dos esforços do governo e de algumas pessoas influentes, animadas pelas melhores intenções, ocupa ainda muito pouca terra para produzir o que em outros países está empregando tantos braços e tantos capitais. Existem algumas culturas de café ou tabaco em torno das cidades e aldeias, especialmente no rio Negro. Mas o estrangeiro que se aproxima desses lugares, não deve ter a esperança de encontrar campos cobertos de plantações, fazendas elegantes e semeadas de todos os tipos de ricas culturas, oferecendo a famílias inteiras os benefícios e as facilidades de uma vida tranquila².

O texto acima, da autoria de Alexandre de Belmar, narra suas impressões sobre a agricultura (ou a quase ausência dela) nas províncias do Pará e Amazonas em 1860. A mensagem básica contida nessa narração é que os amazônidas, espantosamente, não praticavam a agricultura como na Europa, que, evidentemente era tida como padrão de progresso e civilização. Não difere, em essência, da opinião dos inúmeros viajantes que por aquelas províncias viveram por um período ou apenas transitaram naquele século, particularmente na sua segunda metade. O *bel canto* desses viajantes foi acompanhado por um coro de vozes brasileiras (“pessoas influentes, animadas pelas melhores intenções”), dentre elas a do ilustre intelectual Barão de Santa-Anna Nery em “O país das amazonas”, horrorizados com o batuque horrendo proveniente das taperas indígenas. Prossegue o narrador em sua análise:

² L'agriculture, telle qu'on la pratique en Europe, n'existe pas encore dans le nord du Brésil. Malgré les efforts du gouvernement et de quelques personnages influents, animés des meilleures intentions, on s'y occupe fort peu du défrichement des terres et de la création des produits qui, en d'autres pays, mettent en mouvement tant de bras et tant de capitaux. Il existe bien quelques cultures de café ou de tabac autour des villes et des aldées, spécialement sur le Rio-Negro, mais l'étranger qui aborde dans ces contrées, ne doit point s'attendre à y trouver des campagnes couvertes de plantations, semées de fermes élégantes, riches en récoltes de tout genre, et procurant à des familles entières les avantages de l'aisance et ceux d'une vie tranquille. (BELMAR, 1860, p. 120)

A abundância excessiva de produções espontâneas nesses climas parece tornar a prática da agricultura qualquer coisa de inútil, supérflua e até mesmo uma ocupação prejudicial aos interesses das pessoas. Na verdade, porque se dedicar a um trabalho, sempre penoso em países quentes, para colher chá, anil, cacau, algodão, pimenta, canela, cravo gerofa, milho, batatas, trigo, etc. etc., quando a maioria destes produtos é fornecida gratuitamente pela natureza ou oferecida pelo comércio europeu?³

Ensaia aqui uma explicação, também muito comumente emitida pelas vozes estrangeiras, da prodigalidade da terra. Consiste essa explicação no seguinte: se a natureza tudo fornece com abundância não há motivo para o esforço. Daí o extrativismo, que supõe uma tarefa menos penosa, e argumenta:

O amazônida, que na cultura de seu campo auferiria um lucro bem pequeno, prefere penetrar a floresta para recolher a goma da seringa, com a qual se fabrica a borracha, baunilha, noz-moscada, o carajuru, cumaru, óleo de copaíba, salsaparrilha e mais de sessenta drogas farmacêuticas. Todos esses produtos são vendidos a preços elevados e o extrator tem a chance de ganhar somas consideráveis. É verdade que ele é obrigado a levar uma existência nômade no silêncio das florestas, exposto às picadas de cobras e ataques de animais selvagens, mas é aventureiro e corajoso, além do mais a cobiça o domina! Então ele parte cheio de esperança e até mesmo alegria, especialmente se ele pode obter um pouco de aguardente e tabaco. Esse tipo de vida, que a maioria da população aprova, é um grande obstáculo para o progresso da organização social de certas áreas da Amazônia. Esses inumeráveis bandos tapuios, crioulos ou europeus espalhados por esses desertos e, por assim dizer, libertos de qualquer lei, não são exatamente o ideal de uma sociedade modelar.⁴

³ L'excessive abondance des productions spontanées de ces climats y semble faire de l'agriculture quelque chose d'inutile et de superflu, et même une occupation préjudiciable aux intérêts des populations. Effectivement, à quoi bon se livrer à un travail toujours pénible dans les pays chauds, pour récolter du thé, de l'indigo, du cacao, du coton, du piment, de la canelle, des clous de gérofle, du maïs, des pommes de terre, du froment, etc., etc., lorsque la plupart de ces produits sont libéralement donnés par la nature ou apportés par le commerce européen? (BELMAR, 1860, p. 120).

⁴ L'Amazonien à qui la culture de son champ ne produirait qu'un mince bénéfice préfère s'enfoncer dans les bois pour recueillir la gomme du syringa, dont on fait le caoutchouc; la vanille, les noix muscades, le carajuru, le cumaru, l'huile de cupahuba, la salsepareille, plus de soixante drogues pharmaceutiques. Tous ces produits se vendant à des prix élevés, il a la chance de gagner des sommes considérables. Il est vrai qu'il lui faut mener une existence nomade, dans le silence des forêts, exposé aux morsures des serpents et aux attaques des bêtes fauves, mais il est aventureux et brave, et puis, la soif du gain est si impérieuse ! Il part donc, rempli d'espérance et même de gaieté, surtout s'il a pu se procurer un peu "d'agoa-ardente " et de tabac. Ce genre de vie, qui est celui de la majeure partie

No texto acima constatamos uma série de falsos pressupostos. Primeiramente que o extrator auferir somas consideráveis com essa atividade. Nada mais errado, toda a crônica demonstra que o extrator direto é sempre um indivíduo pobre. Na segunda parte, reconhece as dificuldades e riscos de penetrar na floresta para promover a coleta. Contudo, esquece que esse indivíduo tem, em geral, sua vida ligada à floresta. É índio, tapuio ou cabano. A cachaça, como sempre sutilmente lembrada pelos viajantes como prova do desregramento “natural” desses mestiços, da ausência de frugalidade e outros bons hábitos necessários ao progresso. Finalmente, declara que as bases extrativistas da atividade econômica na Amazônia a mantém longe de qualquer possibilidade de atingir o ideal de uma sociedade modelar, ou seja, civilizada nos moldes europeus.

Expressar o quanto há de ideológico e eurocêntrico nesse pequeno trecho é imperativo. Contudo, para além do conflito ideológico observa-se aqui um padrão de discurso que contamina a análise social até hoje. Trata-se de impor um conjunto de etapas da atividade humana com hierarquicamente relacionadas. O extrativismo é inferior à agricultura e esta é inferior à indústria moderna, pelo menos se esta não utilizar os recursos industriais. Ocorre que essa hierarquia possui a dimensão histórica, e como é o movimento que faz a História (assim como tudo mais), ao mudar as hierarquias sociais os conceitos do que seja melhor ou pior para uma determinada sociedade também mudam. Esse tem sido o problema da Amazônia: apesar de mudar, não consegue mudar no ritmo da moda, ditado pelas hierarquias sociais e econômicas predominantes ao nível internacional⁵. Contudo, apesar

de la population des aidées, est un grand obstacle aux progrès de l'organisation sociale de certaines parties de l'Amazonie. Ces bandes innombrables de tapuyas, de créoles ou d'européens dispersés dans les déserts et, pour ainsi dire, affranchis de toute loi, ne présentent pas précisément l'idéal d'une société modèle. (BELMAR, 1860, pp. 120-21)

⁵ Coivara é a técnica de queimada da mata e posterior limpeza do terreno para a prática da agricultura. Herdada dos indígenas, foi largamente usada pelo europeu no Brasil e continua sendo ainda muito usada hoje.

dos pesares sociais da Amazônia, não ausentes inclusive nem nas sociedades agrícolas nem nas industrializadas, o homem amazônico sempre respondeu às demandas de sua relação com o meio ambiente. Criou nesse enorme território uma sociedade e um tipo de cultura singular e rico. É dessas transformações e da tragédia de um anacronismo mal pensado que trataremos no artigo abaixo.

OS NATIVOS E OS PORTUGUESES

Segundo recentes estudos arqueológicos a colonização da Amazônia teria iniciado por volta de oito a treze mil anos a.p. (NEVES, 2006). À essas populações primevas seguiram desde então diversas outras ondas migratórias que configuraram a demografia encontrada pelos europeus no século XVI. Os processos adaptativos resultantes da interação dessas populações com o ambiente amazônico durante séculos resultaram na distinção de dois tipos de cultura: a dos povos de várzea e de terra firme. Na várzea, ambiente rico em recursos naturais tais como pesca e fertilidade do solo, desenvolveu-se um tipo de cultura que a historiografia habituou-se a denominar complexas. Na terra firme viviam os grupos denominados de estrutura mais simples⁶. Embora em ambas as culturas houvesse a prática da agricultura de coivara, algumas outras características as diferenciavam. Primeiramente a demografia, embora não seja possível a determinação exata, estudos diversos demonstram maior adensamento da população nativa na várzea. Em estudo publicado na Revista das Índias em 2002

⁶ Estamos cientes de todas as dificuldades em construir um conceito que dê conta das peculiaridades de cada cultura quando comparadas entre si. Talvez esse fato explique porque as Ciências Humanas ainda não conseguiram elaborar tal conceito. Dominam então nos textos acadêmicos alguns termos, dentre eles: primitivo, simples e complexo como parâmetros de comparação, mesmo sabendo a carga de valor (carga ideológica) que esses conceitos contém. A rigor é muito difícil estabelecer peculiaridades a partir desses parâmetros, pois todas as sociedades são “complexas”. Se assim não fosse desnecessário seriam estudos aprofundados para compreender as sociedades chamadas “primitivas”, a própria dificuldade das Ciências Humanas em compreendê-las é reveladora de sua complexidade.

um eminente pesquisador do tema, Willian Denevan, reconsidera seus cálculos anteriores. Nesse estudo estima para a várzea uma população que em 1492 somaria 10,4 habitantes por quilômetro quadrado⁷. Para a terra firme no mesmo ano estimava uma população de 0,2 a 0,3 por quilômetro quadrado⁸. Essas populações praticavam o comércio intertribal, sendo essa prática em alguns grupos ocasional e em outros sistemática. Inexistia o mercado extenso nos padrões daquele praticado pelos europeus. De fato embora houvesse o comércio, não há registros seguros da existência de atividade comercial como função especializada, nem por parte de pessoas nem de grupos. Esse “comércio” caracterizava-se mais pela troca de valores de uso, pelo meio do escambo, do que propriamente a permuta de mercadorias através de trocas monetárias, na medida em que inexistia a moeda entre esses grupos. É bem verdade que eventualmente esses produtos poderiam fazer parte de uma cadeia de trocas que abrangia uma enorme distância. Contudo, como não havia o comércio como especialidade não havia a produção de excedentes para atender permanentemente as populações que praticavam esse escambo. Podemos resumir afirmando que entre esses povos havia o comércio, mas não havia o mercado. Disso resultava a insignificante destruição dos recursos naturais para a produção desses ocasionais excedentes comerciais. A floresta foi, então, minimamente danificada, manteve-se quase intacta até a chegada do conquistador europeu.

⁷ “For the well-settled sectors, with an estimated sustaining area of 15 kilometers depth (10 kilometers in from the bluff edge and 5 kilometers into the floodplain), the associated riverine population density would be 10.4 per square kilometer.” (DENEVAN, 2003, p. 181)

⁸ “Thus, for terra firme forests, there seems to have been great variation in population density, with sparse populations surrounding patches of dense populations in the sustaining areas of scattered large villages. We have no idea how many of these large villages existed, so it is impossible to estimate an average population density and a total population. If large villages were fairly numerous, then pre-European overall densities of 0.2 to 0.3 per square kilometer, based on such densities for small villages today, could be much too low.” (DENEVAN, 2003, p. 184)

A partir do século XVI as incursões dos novos colonizadores europeus se fizeram sentir na região⁹. Os primeiros navegantes do Amazonas foram espanhóis, os primeiros europeus a instalarem entrepostos comerciais na Amazônia não foram os portugueses¹⁰. Coube, contudo, a esses últimos o domínio da maior parte da região.

A partir da primeira metade do século XVI são levadas a cabo as primeiras tentativas de conquista portuguesa daquele espaço. Inicialmente tímidas e restritas ao pequeno espaço a leste do meridiano de Tordesilhas, essas tentativas têm início com o estabelecimento das capitanias do extremo Norte (1534). A conquista efetiva da Amazônia pelos portugueses inicia quando, em 1616, Francisco Caldeira Castelo Branco funda o Forte do Presépio, firmando definitivamente a posse portuguesa na foz do grande rio. Paradoxalmente é durante o período de Unificação das Coroas Ibéricas (1580-1640) que os portugueses iniciam a ocupação de espaços coloniais, em território espanhol, a oeste de Tordesilhas. Essa ocupação se dá através da criação das seguintes capitanias: Capitania Real do Grão-Pará (1621), Capitania de Caeté (1634) Capitania de Camutá (1637) e Capitania do Cabo Norte (Amapá, 1637), todas nas áreas adjacentes à foz do Grande Rio e a leste e oeste do Meridiano de Tordesilhas. Essas posses serão mantidas com o fim da União Ibérica e consolidadas inicialmente com o Tratado de Madri (1750).

A conquista europeia na Amazônia provocou a primeira grande reviravolta nas estruturas sociais da região, substituindo progressivamente aquele primeiro mundo, construído pelo processo de

⁹ Os termos pré-histórico, pré-hispânico, pré-colombiano ou mesmo pré-cabralino (mais recente) e, principalmente, pré-colonial, utilizados para caracterizar a situação das Américas antes da chegada do europeu são totalmente inadequados, pois que as Américas já haviam sido objeto da colonização humana desde há dezenas de séculos antes do início da conquista europeia. Destarte o chamaremos de período colonial, na medida em que o início da conquista europeia iniciou um tipo de colonização totalmente diversa daquelas vistas anteriormente, representando assim um marco de ruptura, poderemos chamar esse momento de período da Conquista Europeia.

¹⁰ Arthur Cézar Ferreira Reis (1982, p. 25) afirma a presença de Holandeses e Ingleses, por exemplo.

colonização indígena, pelo mundo do conquistador, em um processo que progride até os nossos dias. Interessa-nos aqui, sobretudo, as consequências desse evento, que inaugura um processo de grandes transformações na Amazônia.

A princípio os portugueses pretendiam tornar a região abastecedora das especiarias, cujas fontes no Oriente estavam perdendo, principalmente para os ingleses e holandeses. Intentavam implantar um projeto agrícola e pecuário. Contudo, a imensa riqueza florestal, uma abundante população indígena a ser escravizada e a entrada de parques capitais, mais atraídos na colônia pelo lucrativo negócio do açúcar no litoral, conduziu a ocupação para o modelo predominantemente extrativista. Tal modelo construiu, durante aproximadamente duzentos e cinquenta anos, uma ocupação colonial esparsa, concentrada na foz do rio Amazonas, ou seja, Belém e seus arredores. No interior amazônico, embora desde cedo ocupado pelas missões religiosas, transformadas em meados do século XVIII em vilas e cidades com o Diretório dos Índios (1755), possuíam esses estabelecimentos da conquista uma população mínima, constituída no início, principalmente por tapuios¹¹.

De uma maneira geral, essa população neocolonial era substancialmente menor do que a população nativa da Amazônia. Naquela parte do Grão Pará que em meados do século XVIII foi

¹¹ A palavra tapuio, ou tapuia, possui vários sentidos. É palavra tirada na língua geral e em razão da predominância cultural atribuída pelo colonizador português ao tupi foi adaptada ao mundo da conquista. Inicialmente significava o não tupi, Conforme Veríssimo: *A essa população que habita as margens do grande rio e dos seus numerosos afluentes, vivendo a nossa vida, indústrias, e que não é nem o índio puro, o brasileiro-guarani, nem o eu descendente em cruzamento com o branco, o mameluco, é que parece-me, cabe o nome de tapuia. Sabe-se hoje que na língua tupi-guarani, a mais espalhada e geral entre os índios do Brasil, a palavra tapuio (tapyia, y igual a u francês, porém guttural) era, como despreso, que se davam entre si os indivíduos de outras tribos, e que naquela língua significava não só o hostil, o inimigo, mas o escravo. Os mamelucos, aproximando-e mais e mais da sociedade de seus pais os brancos, começariam a criar pelo índio aldeado, escravizado, vendido, o mesmo despreso que na vida selvagem as tribos reciprocamente se votavam, e a tratá-los pelo nome que entre ellas exprimia esse despreso ou – e talvez seja melhor escolhida a expressão – essa hostilidade. Assim ella passou à nossa sociedade, onde designa todo o indivíduo desdendente de índio e é muitas vezes empregado com menosprezo, a modo de afronta.* (Verissimo, 1887, p. 299).

constituída pelo governo metropolitano como Capitania de São José do Rio Negro (hoje Estado do Amazonas) essa nova população conquistadora era ainda menor do que no baixo Amazonas (Pará). O que explica o pouco adensamento dessa população no interior amazônico (na Amazônia Ocidental) é a forma de extrativismo que foi praticada na Amazônia até o advento do surto gumífero, na segunda metade do século XIX. A par de iniciativas agrícolas e pecuárias concentradas na foz do grande rio, todo o interior amazônico era objeto de um extrativismo ambulante. Sazonalmente expedições extrativistas partiam de Belém para realizar a coleta florestal e depois retornavam ao ponto de partida. Essa forma de extrativismo nômade caracterizava-se pela ausência de necessidade da posse efetiva da terra. Não havia, ainda, a propriedade rural extrativista, embora nas propriedades rurais do baixo Amazonas se praticasse também o extrativismo juntamente com outras atividades rurais. A propriedade rural por excelência extrativista, especializada, o seringal, somente passaria a existir de forma autônoma durante o chamado I Ciclo da Borracha.

É bem verdade que o extrativismo era praticado em toda parte, tanto nas fazendas e sítios do baixo Amazonas quanto nas matas do alto Amazonas. Mas exploração extrativista dos recursos naturais não se assentava necessariamente na propriedade da floresta. Nem a propriedade do solo excluía a prática extrativista. As atividades agropecuárias praticadas no baixo Amazonas exigiam a propriedade (ou posse) do solo, mas eram praticadas simultaneamente ao extrativismo nessas propriedades rurais. O fenômeno da propriedade rural extrativista especializada somente foi visto a partir a emergência surto gumífero que, de fato, provocou o assentamento efetivo do conquistador na Amazônia Ocidental através de uma forma de extrativismo eminentemente sedentária.

Sob o ponto de vista da ecologia, observa-se que inúmeras espécies florestais foram exploradas intensamente durante todo o período que vai de 1616 até hoje. Mas embora muitas dessas espécies

tenham sido objeto de destruição, a floresta como um todo foi preservada, processo que inicia a mudar nos anos sessenta. Esse fenômeno ocorreu tanto no período do extrativismo nômade como no período do extrativismo sedentário. Em alguns casos essas riquezas naturais foram parcialmente extintas como recurso econômico, ou seja, perderam sua viabilidade como produtos capazes de sustentar uma economia do mercado neocolonial. Ao longo dos séculos, perderam a possibilidade de existir como recursos econômicos. Esse é o caso do peixe boi, do pirarucu e das tartarugas fluviais, antes existentes em grande quantidade nos rios amazônicos. Objeto de um intenso extrativismo para o abastecimento regional durante a fase da conquista europeia essas espécies hoje são encontradas apenas em pequenas quantidades nos cursos dos rios da região.

Inúmeros são os autores que alertaram para o esgotamento das possibilidades econômicas de algumas espécies, causado pelo extrativismo predatório. Entre eles Silva Coutinho, naqueles anos de 1860 quando a produção gumífera já havia dado sinais inequívocos de vigor:

A lei não tratou do modo nem do tempo; prohibio o resultado. Derribar uma árvore é o mesmo que tirar-lhe a casca, cortar-lhe as raízes, comprimir-lhe fortemente o tronco ou perfura-lo. A questão é somente de tempo. (...) Os processos verdadeiramente selvagens que ainda se empregão, acabão em pouco tempo com as plantas, que desaparecerão de todo, visto como não se trata de substitui-las. (COUTINHO, 1862, p. 69).

Na denúncia de Silva Coutinho podemos exemplificar as formas de coleta de três produtos vegetais. A quinina retirada da casca da árvore da chinchona; a árvore somente resiste se for retirada pouca quantidade da casca, dando tempo para recuperar-se. A salsaparrilha era coletada arrancando-se o arbusto desde a raiz, impedindo-a assim de novamente florescer. O motivo desse comportamento era simplesmente a rapidez da coleta. Se o arbusto fosse cortado pouco acima da raiz novamente floresceria, tornando-se um recurso

sustentável. Em razão disso o produto passou a se tornar mais e mais raro. A seiva da goma elástica era coletada inicialmente segundo o método indígena. Abria-se um corte latitudinal, ao longo do tronco da árvore e comprimia-se sua base com um torniquete de cipó, depois de pouco tempo extraíndo dessa forma o produto a seringueira morria. Era o sistema do arrocho, no dizer de Reis¹². No início do processo utilizava-se também abater a árvore, mas a tendência com o tempo foi de conservar a seringueira. Com o caucho¹³, contudo, essa prática radicalmente predatória da derrubada continuou. Daí é que o extrativismo do caucho pode ser situado naquela espécie de extrativismo ambulante, sendo impossível conceber a unidade rural cacheira especializada. Esgotado um mancão da árvore procurava-se outro cauchal na floresta e derrubava-o. Como no caso da queimada, a adoção da técnica indígena da derrubada ou do arrocho, quando utilizada para abastecer um mercado extenso, o mercado capitalista, comprometia a sobrevivência das árvores. O óleo de copaíba é retirado através de uma perfuração que se faz no lenho da árvore. Contudo, é necessário cuidado tanto na feitura do furo quanto na quantidade extraída por vez para que a árvore não feneça.

Martins insiste particularmente no caso da borracha no Pará, cujos manchões foram praticamente eliminados naquela província em razão do extrativismo predatório:

Nas ilhas e igapós do Baixo-Amazonas (Pará) já se vai sentindo a falta de seringas, e é a razão de ter afluído tanta gente para o Madeira. As arvores estragadas, enfraquecidas, não podem dar leite bastante para saciar a avidez dos fabricantes. (COUTINHO, 1862, p. 69).

¹² “Estava em uso, então, o sistema do arrocho: a árvore era ferida de alto a baixo e amarrada fortemente com cipós na sua base. Purgava todo o látex que encerrava momentaneamente, mas perdia a vitalidade, morria rapidamente. Perdia-se, destarte, uma fonte de goma. Outras vezes, a árvore era abatida, para a extração violenta.” (REIS, 1953, P. 96).

¹³ O caucho é um tipo de goma elástica recolhido da árvore do caucho *Castilloa ulei* com a qual também se produz a borracha vegetal. Ocorre que essa árvore produz menos goma que a seringueira quando utilizado o método de ferir a casca da árvore e “sangrar” a seiva que se deposita em uma tigelinha. Daí preferiam derrubar a árvore que escorria toda sua seiva de uma só vez.

Assim, expandiu-se para as novas zonas de ocupação, na província do Amazonas, a exploração da goma elástica.

O HOMEM AMAZÔNICO

Sob o ponto de vista social, cada um desses períodos da conquista e da exploração da região representa uma reconfiguração do homem amazônico. Inicialmente, como parte da política colonial portuguesa, o índio foi retirado de seu ambiente natural e social para viver junto aos novos núcleos de colonização: o forte, a propriedade rural, a missão ou vila colonial. Esse processo transformou o nativo em tapuio, um indivíduo desenraizado, a meio caminho entre o mundo que o europeu estava construindo na Amazônia e seu próprio mundo, que ele continuava a carregar dentro de si, mas de forma crescentemente deformada. Com o passar do tempo e com o fenômeno da mestiçagem genética, mas principalmente cultural, esse tapuio se transformará no cabano¹⁴.

É essa classe de indivíduos, proveniente do mais explorado setor social amazônico que promoverá a radicalização da revolta conhecida como Cabanagem na primeira metade do século XIX (1835 a 1840). A revolta iniciada no seio da elite paraense perdeu o controle e se transformou, no dizer de Vicente Salles (1992), em um movimento contra tudo aquilo que representava o domínio do branco europeu. Ao final parte dos sobreviventes da revolta viverão como camponeses livres no interior amazônico. Vemo-los através do viajante francês de meados do século XIX Robert Avé-Lallemant na figura do velho índio sitiante encontrado nos arredores de Serpa (rio Amazonas):

¹⁴ Distinguiremos aqui o cabano do caboclo para finalidades práticas, embora na literatura não haja essa distinção. Propomos utilizar o termo para distinguir o nordestino adventício a partir do primeiro surto gumífero do elemento genuinamente amazônico, já nascido no mundo do conquistador. Ambos trazem em si coisas em comum, pois são produtos da mescla genética e cultural, mas também apresentam singularidades entre si.

“Reinava profunda solidão e a tranquilidade da tarde na mata em volta, como se ninguém tivesse jamais procurado aquele verdadeiro lago da floresta. Mas descobrimos na sua extremidade norte os evidentes vestígios duma antiga plantação, e perto daí reparamos logo um rancho duma família índia, no qual um genro português com o velho chefe da família e mais alguns trabalhadores viviam de cortar lenha para a Companhia do Amazonas, da pesca e duma lavoura muito limitada. O índio velho tinha também uma pequena forja, e fabricava ganchos de ferro para pescar e pontas de arpão para a pesca de pirarucu e tartarugas.” (LALLEMANT, 1989, pp. 214-5).

Ferreiro de profissão o indivíduo que Lallemant caracterizou como índio pode ser índio ou ser filho de índios, nascido porém já no mundo do conquistador. De um modo ou de outro é um tapuio ou um cabano. Assumamos hipoteticamente que ele seja um tapuio. Viveu bastante tempo em algum centro urbano ou próximo a um estabelecimento do conquistador, pois aprendeu a profissão de ferreiro. Tem um genro português, que certamente reproduziu com sua filha indígena (sabemos que é assim porque Lallemant o narra) muitos filhos mamelucos. Vivem também do extrativismo, da roça em geral e particularmente de uma pequena produção agrícola de cacau. Em resumo, na mesma família o avô tapuio e o neto cabano. Esse camponês independente não será exclusivo representante dos pobres da Amazônia. Na foz do grande rio, parte dessa população explorada, composta por negros, índios e seus descendentes, continuará vivendo sob o jugo da escravização disfarçada nas mãos dos seus senhores. Se Lallemant penetrasse mais o rio Madeira até sua nascente e navegasse o rio Guaporé encontraria aí outro tipo de cabano, o quilombola. Em geral curiboca, mestiço do nativo com o negro, situava-se em comunidades cuja forma de vida era naquela época bem semelhante àquela do velho índio de Serpa, embora compartilhasse matrizes culturais diversas.

É o ciclo da borracha que criará a figura do caboclo amazônico tal como o conhecemos hoje já em estado de extinção. Ao transladar em grande quantidade o cabano dos sítios do estuário para os seringais do

interior e ao “amestiçá-lo” com o nordestino, opera-se a transformação. Essa transformação também pode ocorrer ao submeter simplesmente o cabano à economia do seringal.

O impacto dessa migração nordestina pode ser avaliado em razão da população total da Amazônia. O censo de 1872 contou na província do Amazonas um total de 57.610¹⁵ pessoas. Em 1920, já em declínio a produção da borracha, a população da Amazônia totalizava 1.439.052¹⁶ indivíduos. Segundo Celso Furtado (2000), durante o chamado Primeiro Ciclo da Borracha migraram para a Amazônia aproximadamente meio milhão de pessoas. É esse indivíduo, fruto de uma longa história de trocas culturais e de mestiçagem com o caboclo nordestino, já mestiço em sua grande maioria ele mesmo, que a nova colonização dos anos 70 irá encontrar.

Finalmente, é importante dizer que essas populações não se seguem uma a outra, mas superpõem-se, ao longo do tempo. Os diversos tipos criados pelo mundo do conquistador além de coexistirem no espaço amazônico de uma forma geral, terão seus espaços de ocupação delimitados e diferenciados. Por exemplo, ao falar do caboclo do Rio Negro, Santos afirma:

É importante destacar a fraca presença nordestina na constituição do caboclo rionegrino, ao contrário do que encontramos em outros territórios amazônicos. A historiografia da Amazônia recorrentemente aponta que, a partir da década de 1870, milhares de nordestinos abandonaram a aridez da caatinga em busca de uma decantada riqueza que se retirava do seio da floresta, com muito esforço e sob condições inclementes. A Amazônia tornava-se, então, um destino obrigatório para essas pessoas. Entretanto, as pesquisas que realizei na região apontam para a existência de diferentes territórios constituídos a partir de “ajustes locais definidos pelas formas adaptativas às condições ecológicas e de produção, além da preexistência de culturas autóctones, o que gerou peculiaridades determinadas por sua própria história” (Santos, 2000, p. 922). De modo geral, um território é normalmente nomeado pelo topônimo do rio principal, delimitado por um complexo de rios, igarapés, canais, igapós e terras firmes que o envolvem. (SANTOS, 2007, p. 120).

¹⁵ Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872, 1876.

¹⁶ Recenseamento do Brasil de 1920, 1930

Assim, o que vemos na população rionegrina da última década do século passado é o cabano. Já não é esse o caso do Acre onde a forte predominância nordestina permite-nos visualizar o caboclo.

AS VIAS DE COMUNICAÇÃO

Outro aspecto a ser aqui abordado diz respeito às vias de comunicação que serviram à ocupação colonial da Amazônia. É importante observar esse aspecto porque há uma relação direta entre a via de acesso à região e o espaço que nela será ocupado pelo migrante. Como se viu a ocupação humana da Amazônia até os anos sessenta do século passado foi essencialmente fluvial. Pelos rios foram penetrando os grupos humanos que ocuparam suas margens. Isso ocorreu desde o pré-cabralino onde a maior parte da população vivia nessas áreas. Continuou, contudo, depois de iniciada a conquista a ocupação das várzeas dos rios nos núcleos rurais e urbanos criados pelo conquistador.

Está claro que durante a conquista promovida pelos portugueses e durante a primeira República algumas estradas de ferro e de rodagem foram abertas na região, mas sua participação no conjunto das vias de comunicação era ínfima. O eixo principal de colonização era o rio, era em torno dele que ocorria o cotidiano neocolonial. No dizer de Leandro Tocantins (1973): o rio comanda, ou comandava, a vida, pelo menos até os anos setenta.

Os projetos de integração da Amazônia ao restante do Brasil remontam ao período do Segundo Reinado. Contudo, a ênfase nesses planos estava nos recursos hidroviários, permanecendo as ferrovias e rodovias apenas como soluções de transporte complementar. Esse, por exemplo, é o caso do Plano Moraes, publicado em 1869 pelo engenheiro militar Eduardo José de Moraes, com o título Navegação interior do Brasil. Nos anos trinta do século passado a Marcha para o Oeste, um

projeto geopolítico da ditadura Vargas também pretendia integrar a Amazônia ao restante do país. Desde os mais remotos planos, desde mesmo a conquista lusitana da Amazônia, todos os planejamentos a respeito da região consideravam um imperativo para a melhor exploração dos recursos naturais da Amazônia o sucesso da economia agropecuária. O discurso imperialista do século XIX e de parte do século XX chegava a assumir que a Amazônia deveria ser internacionalizada para que as terras pudessem produzir para o benefício da humanidade a exemplo do que propôs a viajante norte americana Elizabeth Cary Agassiz (1975).

OS GOVERNOS MILITARES E A NOVA OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA – O CASO DE RONDÔNIA

Com a decadência da economia da borracha todo esse processo migratório e de investimentos na região reduziu-se drasticamente. Apenas houve um novo e breve reerguimento durante a Segunda Guerra Mundial, quando a Amazônia volta a ser foco do interesse nacional e internacional. A retomada da produção da borracha para auxiliar o esforço de guerra dos aliados fez com que fossem atraídos para a região dezenas de milhares de voluntários para trabalhar como seringueiros, eram os soldados da borracha. Vieram, como os migrantes anteriores, pelos rios. Contudo, esse novo interesse pela região não produziu mudança substancial na economia extrativista. E nem contribuiu para a criação de um novo tipo, pois estes como os anteriores dirigiram-se às mesmas áreas gumíferas, aos rios da borracha. Ao final da guerra os soldados da borracha são abandonados à própria sorte, como a região, e integram-se à população local.

O padrão de ocupação planejado durante os Governos Militares (1964-1985) representa a continuidade, pois segue a mesma lógica do modelo iniciado no segundo período Vargas (1951-1954) e aprofundado durante o governo Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961).

Segundo esse modelo, o papel da Amazônia seria definido pelo seu potencial de reserva mineral, de madeiras e terras para colonização capitalista. Evidentemente não se levava a sério o fato de que nessas terras “para a colonização” já existiam os antigos colonizadores: índios e não índios.

Os primeiros esforços para um novo modelo de ocupação se deram no imediato pós-guerra. Na tentativa de consolidar a ocupação proporcionada pela batalha da borracha, Vargas criou colônias agrícolas na região, a fim de que não se produzisse um refluxo migratório, devido à nova queda dos preços e importância da borracha brasileira no mercado mundial. As colônias criadas tiveram um papel bastante limitado, pois o alcance das mesmas não propiciou nenhum programa efetivo de colonização orientado pelo Estado. Após a criação do Território Federal do Guaporé, em 1943, podemos delimitar mais precisamente esse cenário da região. Segundo o Censo de 1950, o então território tinha sua população majoritariamente na zona rural. A população total representava 1,8% do total dos habitantes da região norte do país e 0,06% dos brasileiros¹⁷.

A partir dos anos 50 é que podemos identificar um conjunto de ações para promover uma intervenção mais consistente e contínua na região. Para tanto, diversos órgãos foram criados. Ainda no período Vargas, foram criados o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), em 1952, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) criada em 1953. Durante o período JK foram criadas a Zona Franca, em 1957 e a Comissão Executiva da Rodovia Belém-Brasília (RODOBRÁS), em 1958. A rodovia BR-29, hoje BR 364, é a única via terrestre de acesso de Rondônia e Acre ao restante do país e uma das principais rodovias da Amazônia foi inaugurada por Kubitschek em 1961.

¹⁷ População residente em 1950 (Brasil, Região Norte e Rondônia. In: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo>

Em resposta a intensificação das discussões sobre a internacionalização da Amazônia o governo do primeiro presidente do período militar, general Humberto de Alencar Castelo Branco, criou o tema *Integrar para não entregar*. Com a publicação da Lei 5.173 de 27 de outubro de 1966 a Amazônia Legal passou a ser composta pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão.

Nesse período iniciou uma nova corrida migratória para a região que se revelará, futuramente, em todos os aspectos diferentes das migrações anteriores. Mudará a face econômica, social e cultural da região nos quarenta anos seguintes. O perfil desse novo migrante será culturalmente diverso em todos os aspectos do homem amazônico em sua grande maioria. Tomando-se como exemplo o caso de Rondônia, durante os anos de 1979 a 1989, período de grande migração para o estado, a grande maioria desses migrantes é de paranaenses e de origem rural. Em muitos anos representando o dobro daqueles migrantes oriundos do Mato Grosso, segundo estado em migrantes para Rondônia (Dal Maso, 1990, p. 64). De cultura rural, agropecuária e capitalista, esses migrantes trazem consigo, ainda, nas feições e nos costumes a mescla mais aparente daquilo que a conquista produziu no sul do país com as colônias estrangeiras ali instaladas entre o século XIX e o XX. Traziam também a experiência da ocupação acelerada de suas terras, quando migrantes de outros estados da região sudeste passaram intensamente a ocupar o Paraná na década de 50. Muitos deles, eram mesmos filhos daqueles pioneiros migrantes para o Paraná naquela década.

Posteriormente, para dar suporte às políticas de desenvolvimento na Amazônia durante o período militar, teve início a Operação Amazônia, que se constituía em uma série de investimentos e ações políticas destinadas a ocupar, desenvolver economicamente e atender, com isso, às prerrogativas da política de Segurança Nacional.

Foram criados os seguintes órgãos federais: Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em 1966, Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) em 1967, Programa de Integração Nacional (PIN) em 1970, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 1970, Projeto Radar para a Amazônia (RADAM) em 1971, Programa de Redistribuição de Terra e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA) em 1971, Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA) em 1974, Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) em 1975, Programa Nipo-Brasileiro de Cooperação para o Desenvolvimento Agrícola da Região do Cerrado (PRODECER) em 1975, Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE) em 1980, além de inúmeros Programas de Colonização e grandes projetos hidrelétricos e rodoviários executados durante a década de 70.

AS RODOVIAS E O NOVO MODELO DE OCUPAÇÃO COLONIAL DA AMAZÔNIA

A década de 1970 foi decisiva para a implantação do atual modelo de ocupação da Amazônia. Podemos mesmo dizer que foi ela o divisor de águas entre o antigo modelo extrativista e fluvial e o novo modelo agropecuário e rodoviário.

Como parte desse esforço, o Estado criou o Grupo de Trabalho para a Integração da Amazônia¹⁸, formado por membros de quase todos os ministérios e de outros órgãos federais ligados ao desenvolvimento ou à Amazônia.¹⁹ Este grupo teria como núcleo central os

¹⁸ Senado Federal. Subsecretaria de Informações. Decreto Nº 61.330, de 11 de setembro de 1967.

¹⁹ Ministério do Interior, Ministério do Planejamento, Conselho de Segurança Nacional, Estado-Maior das Forças Armadas, Ministérios militares (Exército, Marinha e Aeronáutica), Ministérios das Comunicações, da Saúde, dos Transportes, da Agricultura, das Minas e Energia, da Fazenda e das Relações Exteriores. E mais, SUDAM, Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA),

representantes do Ministério do Interior, do Planejamento, do Conselho de Segurança Nacional, do Estado-Maior das Forças Armadas e da SUDAM. O resultado destes esforços do Estado para o Desenvolvimento da Amazônia culminou no Programa de Integração Nacional, que, a despeito das prioridades estabelecidas pela SUDAM, determinava que a primeira etapa do programa seria:

Art 2º A primeira etapa do Programa de Integração Nacional será constituída pela construção imediata das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém.

§ 1º Será reservada, para colonização e reforma agrária, faixa de terra de até dez quilômetros à esquerda e à direita das novas rodovias para, com os recursos do Programa de Integração Nacional, se executar a ocupação da terra e adequada e produtiva exploração econômica.

A estrada antecipou-se à colonização. Isto porque nessa década o governo brasileiro instituiu uma nova forma predominante de colonização da Amazônia, por meio de políticas públicas que facilitaram tal ocupação e a remoção de determinadas barreiras ao projeto. Primeiramente quanto à propriedade da terra. Ocorre que até 1971 quase todas as terras da Amazônia pertenciam à União e aos Estados. Em abril daquele ano foi publicado o Decreto-lei nº 1.164 que tornava pertencentes ao patrimônio da União as terras devolutas distantes a 100 km de cada lado, a partir das margens das rodovias federais. O decreto teria vigor tanto para as rodovias existente dentro da Amazônia Legal quanto para aquelas em construção ou mesmo apenas projetadas, o que significava a impressionante área de 3,5 milhões de km². Com o slogan *terra sem homens para homens sem terra* pretendia o presidente general Emílio Garrastazu Médici atrair dezenas de milhares de famílias e assentá-las nessas terras. Os assentamentos seriam realizados através de projetos de colonização, para desafogar as zonas de tensão social nas regiões Nordeste e Sul do país. Para materializar esse projeto foi iniciada a construção da

rodovia Transamazônica que serpentearia de Cabedelo (PB) a Lábrea (AM) percorrendo 5.600 km de estrada. Foram concluídos apenas 2.500 km e asfaltados apenas 300 Km da estrada. Os investimentos na construção de estradas na Amazônia, consumiram nesse período 80% de todo o recurso destinado à região.

As estradas de rodagem substituíram os rios na condução da colonização da região. Percorreram desse modo aquelas áreas menos atingidas pelos surtos de colonização anteriores, onde as populações tradicionais e indígenas, assim como a floresta estavam ainda relativamente livres da predação capitalista. Tratava-se, segundo a ótica do governo de implementar um processo de colonização, e não de reforma agrária. De fato, o que estava acontecendo era um projeto de reforma agrária às avessas, que muitas vezes expulsou de suas terras as comunidades tradicionais que as ocupava. Com esse projeto de colonização intentava-se escamotear os anseios pela reforma agrária no centro-sul do país, espinho na garganta das forças políticas então no poder e importante motivo para a eclosão do Golpe Militar de 1964.

Haviam de ser evitadas aquelas áreas da Amazônia onde nos períodos anteriores o latifúndio havia crescido. Havia que se evitar as margens dos rios ocupadas e valorizadas. As estradas cruzariam a terra firme, aquela terra firme habitada pelos grupos nativos de estrutura simples desde o período pré-cabralino. Assim, se quisermos avaliar as conseqüências diretas desse modelo de colonização temos que observar o que ocorreu no traçado das rodovias que lhe deram suporte. Não é por acaso que duas rodovias abertas nesse período configuram hoje o arco do desmatamento, as rodovias Belém-Brasília (BR-010) e Cuiabá-Porto Velho (BR-364), que com a Transamazônica (BR-230), Cuiabá-Santarém (BR-163) e a Porto Velho-Manaus (BR-319) são hoje as principais estradas da Amazônia Brasileira. É exatamente nas áreas de influência dessas rodovias onde se encontra hoje a predominância do novo tipo de colono que vai, aceleradamente,

fazendo desaparecer o antigo mundo amazônico, florestal, extrativista e ribeirinho.

Esse modelo de colonização representou uma drástica mudança em todo o processo histórico, tal como vinha até então ocorrendo na bacia Amazônica. Contrariamente ao processo de ocupação baseado no extrativismo, a ocupação agropecuária representou um aporte populacional de dimensões nunca antes vista na Amazônia. Pela própria natureza da atividade foi um processo extremamente predatório. Os resultados desse paradigma, que aplica à região um modelo de colonização em cujo centro está o agronegócio e a exploração de recursos como a madeira e os minerais, podem ser resumidos em poucos itens: crescimento populacional acelerado; aumento da população urbana; desflorestamento e aumento da produção agrícola e pecuária. No entanto essas transformações exerceram um funesto efeito sobre as populações locais resultando em impacto avassalador sobre o cenário sócio-econômico-ambiental

O AMBIENTALISMO E A VALORIZAÇÃO DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS

É nesse contexto de ocupação desordenada da região Amazônica que, paradoxalmente, começam a surtir efeito as críticas a esse paradigma de desenvolvimento a ser substituído pelo novo paradigma do desenvolvimento sustentável. O paradoxo está em que durante todo o século XIX o Brasil foi acusado de não aproveitar os recursos econômicos da Amazônia e, quando inicia a fazê-lo, surge o paradigma da sustentabilidade. A transformação opera no sentido de que, sob a ótica do novo paradigma, desenvolvimento não é mais igual a crescimento econômico puro e simples. Há que se dimensionar os fatores sociais e ambientais do crescimento econômico. Entra em cena a questão ambiental cristalizada através de várias iniciativas que procuravam discutir a questão no contexto do capitalismo mundial

como: Clube de Roma (1968), Conferência de Estocolmo (1972), Relatório Brundtland (1987). No eixo dessas discussões a Amazônia adquire, novamente, o papel central como: maior reserva de biodiversidade, maior reservatório de água potável do planeta e responsável pela diminuição do efeito estufa. Em resumo, se durante o século XIX o Brasil era acusado de não estimular o progresso derrubando árvores para promover a produção agropecuária na Amazônia, a partir do último quartel do século XX ele é criticado exatamente por isso, ou seja, por promover a agropecuária. É nesse contexto que o homem amazônico será valorizado. Agora, no discurso do ambientalismo internacional ele não é mais um arcaísmo digno de ser extinto, ao contrário, são suas práticas, cultura, saberes e modo de vida um conjunto necessário ao intento de salvar a floresta, a natureza. Contudo, uma conclusão fica. Novamente forças externas estão agindo sobre esse homem e, como sempre, com consequências trágicas sobre sua vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nenhuma das regiões brasileiras teve uma experiência histórica tão singular como a Amazônia. Com uma economia secularmente baseada no extrativismo vegetal e animal, o processo histórico nessa região formou uma economia e uma população distintas do restante do país. A exploração dos recursos naturais foi de tal maneira praticada, que até depois da metade do século passado a floresta amazônica continuava a apresentar-se praticamente em sua integralidade. Talvez por isso tudo salte aos olhos as aceleradas modificações que vêm ocorrendo na região nos últimos cinquenta anos. Muitos dos determinantes desse longo (secular) processo de instituição de uma sociedade dos conquistadores europeus na Amazônia, constituem-se como herança dos processos adaptativos do homem ao meio ambiente herdados dos primeiros colonos indígenas. Podemos dizer que o

conquistador europeu inaugura uma nova sociedade na Amazônia mas, apesar de nova em seu sentido, ainda é em muito baseada nos padrões de exploração da natureza herdados das sociedades primevas.

A colonização portuguesa iniciou modificações drásticas no curso desses povos. Interrompeu, por assim dizer, o processo histórico na região tal como vinha acontecendo desde o período pré-cabralino. Mas se o novo mundo que o conquistador europeu aqui criou estava vinculado aos interesses do mercantilismo, a ausência de capitais suficientes e uma soberba riqueza florestal sugeriu ao mesmo a exploração extrativista. Exploração pouco rendosa, periférica, mas de qualquer modo possível. De modo que a expansão da fronteira agropecuária para a Amazônia a partir dos anos 1970 iniciou, tardiamente, os planos da coroa portuguesa quando do início da efetiva colonização da região no século XVII.

Embora tenha sido realizado de fato durante os chamados Governos Militares, resultou de um antigo projeto. Iniciado no século XVII e ressuscitado de quando em vez pelos governos nacionais. Sua feição mais próxima do nosso tempo encontramos-la, no governo Kubitschek. Vista de um espectro temporal mais amplo, representou, por sua vez, uma segunda e radical intervenção colonizadora do poder político central. Esse poder interventor, agora era não mais absolutista, e sim republicano. A República, que pouco ou nada interferiu no *modus vivendi* da região durante o surto gumífero, inaugurou nos anos de 1970 uma nova fase de subversão dos padrões sociais, culturais e da relação entre exploração econômica e meio ambiente produzida durante duzentos e cinquenta e quatro anos de colonização de origem européia.

A Amazônia fluvial, ictiófaga e varzina que o português tomou ao nativo e que, com as transformações causadas pela imposição de uma sociedade e um mercado colonial-mercantilista, persistiu como extrativista. Foi então, dois séculos e meio depois, substituída por outro modelo, amparado no rodoviarismo, na maciça migração, na

agricultura e na pecuária. Nesse modelo, a sociedade secular construída a ferro e fogo pelo português, negros, índios e seus descendentes nada significava. Ou era uma não sociedade, ou uma não gente (lembremo-nos do infeliz slogan *Uma terra sem gente para gente sem terra*) ou então era vestígio de um passado arcaico que o progresso deveria eliminar.

Os caminhos tradicionais para a ocupação até então, os rios, foram abandonados. Apenas hoje se tornam vias complementares de transporte de mercadorias, mas não de acesso de novos colonizadores à região. Em seu lugar as estradas de rodagem passaram a cortar as principais zonas de nova colonização da Amazônia. O novo colono, diferente dos anteriores, sulista e de mentalidade capitalista, passou crescentemente a substituir as práticas econômicas tradicionais da população cabocla. Passou, muitas vezes mesmo, a ocupar seu lugar na sociedade, seja na política seja na economia. Uma Amazônia rural foi transformada pela urbanização. A pequena agricultura e o extrativismo substituídos pela grande agricultura e pela pecuária. As atividades sustentáveis, a coleta da castanha, da borracha e de outros produtos florestais foi substituída por um extrativismo predador, a mineração e a coleta madeireira.

O desmatamento acelerou-se enormemente, procurando espaços para a soja e a pecuária; Essas duas produções, conviventes simbióticas no rastro da devastação. O amazônida culturalmente vai, ao longo desses quase meio século de nova colonização, perdendo suas características. De ictiófago a carnívoro, de rural a urbano. Aliada aos modernos meios de comunicação, a televisão e a internet, a destruição de suas relações reais, baseadas em um mundo florestal, rural e extrativista muda sua cultura. Sai de sua casa de paxiúba ou madeira bruta na beira do rio e vai residir na casa de alvenaria na periferia da cidade, é um *cucaracho* na sua própria terra. É um marginal portador da recusada cultura que possui, assim como foi antes o cabano e o tapuio. A penetração maciça de elementos alienígenas conduz à

introdução de novos elementos. A antiga religiosidade cabocla perde espaço para as religiões de comércio. O lugar do ribeirão na sociedade é substituído pelo anonimato deslocado na urbe, típico da sociedade capitalista.

Mas a história também tem seus revezes. O projeto capitalista iniciado nos anos 70 encontrou na Amazônia, logo em seu nascedouro, sua, contradição. O ambientalismo mundial faz da modernidade que esse projeto pretende inserir na região algo arcaico já em seu nascimento. Chegamos atrasados, diriam alguns, mais uma vez. Mas será que chegamos mesmo? Para muitos encontramos o nosso caminho, reelaborado nos caminhos do desencontro secular pelo qual passamos. A cultura e a História Amazônica foram construídas pelo homem da Amazônia, principalmente forjada nos interregnos dos ciclos produtivos, poderosos interventores que sempre tiveram o condão de desorganizar a vida dessas populações. Por fim, a própria Amazônia, mais uma vez submetida às forças estranhas a si mesma que, de fora, traçam a rota do seu destino. No período colonial não conseguiu ser agrícola e pecuária, no século XIX não foi o celeiro do mundo, nos séculos XX e XXI não está conseguindo alcançar um padrão de exploração sustentada. Passam os séculos e a Amazônia segue como uma eterna esperança no curso da História.

FONTES CONSULTADAS

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth (org.). **A escrita da história paraense**. Belém: NAEA/UFPA, 1998.

AGASSIZ, Louis; AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil (1865-1866)**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

AVÉ-LALLEMANT. Robert. **No rio Amazonas (1859)**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989.

BELMAR, Alexandre de. **Voyages aux provinces brésiliennes du Pará et des Amazonas**: en 1860, précédé d'un rapide coup d'oeil sur le littoral du Brésil. Londres: Therezise Imprimeur, 1861.

BORGES, César Augusto Reis da Fonseca & FERREIRA, Leandro Valle. **Os diferentes tipos de ordenamento territorial, uso e ocupação nas rodovias do estado do Pará, uma análise do processo de desflorestamento.** *Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos*. Associação dos Geógrafos Brasileiros. Porto Alegre, 2010.

COUTINHO, João Martins da Silva. Relatório apresentado ao Ilm. e Exm. Snr. Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, Presidente da Província do Amazonas, por João Martins da Silva Coutinho, encarregado de examinar alguns logares da província, especialmente o rio Madeira debaixo do ponto de vista da colonização e navegação. In: **Relatório da Repartição dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862.

CUNHA, Maria Manuela Carneiro da. (org.) **História dos índios no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

DAL MASO, Mansueto. **Política de colonização e colonização da política**. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1990

DALL'IGNA, Luiz Gilberto. **Diagnóstico da mineração de cassiterita em Rondônia**. Porto Velho. s/ed. 1994.

DANTAS, T. M.; FONTELES, L. V. **Avanço da fronteira agrícola na Amazônia**. 2005. Disponível em: <<http://www.oktiva.net/sispub/anexo/9168>>. Acesso em: 15 out. 2006.

DEL PRIORE, Mary; CAMPOS, Flávio (orgs.). **Os senhores dos rios: Amazônia, margens e história**. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2003.

1 DENEVAN, William Maxfield Denevan. *The native population of Amazonia in 1492 reconsidered*. *Revista de Indias*, 2003, vol. LXIII, núm. 227, pgs. 175-188, ISSN: 0034-8341 R. I., 2002, n.º 224.

DIEESE. **Estatísticas do meio rural 2010-2011**. 4.ed. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; Ministério do Desenvolvimento Agrário. -- São Paulo: DIEESE; NEAD; MDA, 2011.

FEARNSIDE, P. M. Desmatamento na Amazônia: dinâmica, impactos e controle. *Acta Amazônica*, v. 36, n. 3, p. 395-400, 2006.

FEARNSIDE, P. M. Os efeitos das pastagens sobre a fertilidade do solo na Amazônia brasileira: consequências para a sustentabilidade de produção bovina. *Acta Amazônica*, v. 10, n. 1, p. 119-132, 1980.

FEARNSIDE, P. M. Soybean cultivation as a threat to the environment in Brazil. *Environmental Conservation*, v. 28, n. 1, p. 23-28, 2001.

FERREIRA, L.V., VENTICINQUE, E & ALMEIRA, S.S. 2005. O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas. *Estudos Avançados*, v 19, n 53, p 1-10.

FERREIRA, Manuel Rodrigues. **Nas selvas amazônicas**. São Paulo: Biblos, 1968.

FONSECA, Dante Ribeiro da. **Pesca e abastecimento na colonização da Amazônia**. Belém: 2004. 507 p.. 2 vols. Tese (Doutorado em Ciência: Desenvolvimento Socioambiental) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2004.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 27 ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional: Publifolha, 2000.

GALERANIE, P. R. Os caminhos de ocupação do território pela soja no Brasil e na Amazônia. In: _____. **Ideias e debates: a geopolítica da soja na Amazônia**. Belém: MPEG, 2003.

HOMMA, A. K. O. Amazônia: como aproveitar os benefícios da destruição? *Estudos Avançados*, v. 19, n. 54, p. 115- 135, 2005.

MARGULIS, S. **Causas do desmatamento da Amazônia Brasileira**. Brasília: Banco Mundial, 2003

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMERÇIO. Directoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brazil. Realizado em 01 de setembro de 1920. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1930.

MIRAGAYA, J. Demanda mundial de carne bovina tem provocado o desmatamento na Amazônia. *T&C Amazônia*, ano 6, n. 14, jun. 2008.

MORAIS, Eduardo José de. **Navegação interior do Brasil**: noticia dos projectos apresentados para a junção de diversas bacias hydrographicas do Brasil, ou rapido esboço da futura rêde geral de suas vias. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1869

MUELLER, C. C. **Dinâmica, condicionantes e impactos sócio-ambientais da evolução da fronteira agrícola no Brasil**. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza, 1992. (Documento de trabalho, 7).

MUELLER, C. C.; BUSTAMANTE, M. Análise da expansão agrícola no Brasil. 2003. Disponível em: <www.world-bank.org/rfpp/news/debates/mueller.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2006.

NERY, Frederico José de Santa-Anna (Barão de Santa-Anna). **O país das Amazonas**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979.

NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia da Amazônia**. Coleção Descobrindo o Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

Recenseamento Geral do Império do Brazil de 1872. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1876. 23 v.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **O seringueiro e o seringal**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1953.

Revista Engenharia, Mineração e Metalurgia. Brasil — Produção de Cassiterita — 1951/60 — Toneladas. Vol. XLVII. Nº 280. 1968.

SALLES, Vicente. **Memorial da Cabanagem**: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará. Belém: Cejup, 1992.

SAMPAIO, G. et alii. Regional climate change over eastern Amazonia caused by pasture and soybean cropland expansion. *Geophysical Research Letter*, v. 34, p. 1-7, 2007.

SANTOS, Fernando. O povo das águas pretas: o caboclo amazônico do Rio Negro. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 14, suplemento, p.113-143, dez. 2007.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**. Manaus: Valer, 2009.

SZMRECSÁNYI, Tamás (org). **História econômica do período colonial**. São Paulo: Hucitec, 2002.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida**: uma interpretação da Amazônia. Rio de Janeiro. Bibliex, 1973.

VERISSIMO, José.. As populações indígenas e mestiças da Amazônia: sua linguagem, suas crenças, seus costumes. *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, Tomo L, Parte Primeira, p. 295-390. Rio de Janeiro: Typographia, Lithographia e Encadernação a vapor de Laemmert & C. 1887.